

Por um PSOL orgânico, unificado e radical: um franco debate com o PSOL de Todas as Lutas e o bloco MES-Barulho.

Contribuição do ELO Socialista e outras/os filiadas/os ao VII Congresso do PSOL-DF

Camaradas do Partido Socialismo e Liberdade, é com muita franqueza que nós, militantes do PSOL organizadas/os no ELO Socialista, vimos contribuir para com as discussões que serão realizadas nas plenárias congressuais e no Congresso Distrital de nosso partido. Com esta elaboração, não pretendemos repetir elementos dos quais temos acordo diante das teses distritais apresentadas pelo bloco intitulado “PSOL de Todas as Lutas” e pelo conformado pelas tendências internas MES e Barulho, uma vez que notamos que, no que concerne à análise conjuntural, estes blocos não apresentam diferenças que justifiquem sua disputa. Aqui, temos a intenção de salientar ou incluir elementos que consideramos essenciais à análise psolista geral de nosso partido.

O VII Congresso Nacional do PSOL se aproxima, tendo como cenário uma conjuntura ainda mais adversa aos interesses da classe trabalhadora. A correlação de forças, como não ocorria há muitos anos tende às alternativas burguesas mais autoritárias e conservadoras. Ocorre que o neoliberalismo necessitou lançar mão de uma face ultraconservadora (com elementos neofascistas) para que sua agenda econômica pudesse superar os resquícios do Estado Social, tanto em países centrais, como a França, quanto na periferia do capitalismo, como o Brasil.

É acompanhando a onda de eleições de presidentes de extrema direita ao redor do mundo que Bolsonaro chega ao poder. Com a promessa de mudar “tudo que está aí”, vence contra todas as antigas regras eleitorais às quais seguem a cartilha os partidos burgueses da Nova República: com 11 segundos de tempo de TV, ainda menos do que o PSOL; sem uma coligação forte; sem participar de debates em TV aberta.

A mudança “de tudo que estava lá” se baseou numa criminalização explícita da esquerda, dos movimentos sociais e, até mesmo, de organizações não-governamentais. Criou-se uma narrativa oportuna e falsa, na qual as/os “comunistas”, a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT), as feministas, os povos indígenas e o povo negro estariam no poder, construindo uma hegemonia. As escolas fariam doutrinações marxistas, ensinariam uma “ideologia de gênero” na qual a heterossexualidade e a cisgeneridade é que seriam perseguidas, não as dissidências de gênero e de sexualidade. A família tradicional e seus valores conservadores estariam em

perigo pelo ascenso da promiscuidade. Uma falsa narrativa que sugeria que os setores oprimidos e explorados caminhavam a pleno vapor para uma superação do sistema patriarcal e racista que dá sustentação ao capitalismo.

No entanto, a realidade é que a família monogâmica no Brasil já se trata de exceção, uma vez que é comum, entre os cisgêneros, que os homens abandonem as mulheres que engravidam, ou mesmo as assassinem; a população trans é expulsa de casa e, conseqüentemente, das escolas, em média aos 13 anos de idade; a juventude negra e os povos dos rios das florestas são alvo de um genocídio cada vez mais escancarado, mas que não comove o “povo de bem”; as escolas não libertam, mas padronizam, anulam as subjetividades de seus jovens, especialmente quando tais características se dissociam da norma eurocêntrica e patriarcal.

A falsa narrativa bolsonarista, portanto, busca justificar o aprofundamento da perseguição aos já perseguidos, que se tornam “inimigos internos” da nação brasileira. No que concerne ao antipetismo, na verdade se trata de uma criminalização de quaisquer forças democráticas (até o PSDB, a Globo e a Folha de São Paulo passaram a ser frequentemente taxados de “esquerdistas”). E o PSOL, nesse contexto, é um dos principais alvos, uma vez que a direita associou fajuta e propositalmente o PT ao comunismo, ao socialismo e a projetos radicais de combate às desigualdades.

Da (ir)responsabilidade petista

Desde antes da primeira eleição de Lula, o Partido dos Trabalhadores já sinalizava que não cumpriria com sua responsabilidade histórica, cedendo aos interesses do capital frente aos do trabalho. Não obstante, mesmo com os sucessivos ataques contra sua própria estrutura e seus principais dirigentes, em que se destacam o golpe à presidenta Dilma e a prisão política de Lula, o PT seguiu apostando na defesa das instituições burguesas. E ainda que dirija ou influencie diretamente grandes entidades de representação da classe trabalhadora como a CUT, a UNE, o MST, a CTB, entre outras, não se armou para fazer um enfrentamento nas ruas a esse processo.

Tal imobilismo não nos surpreende, no entanto, tendo em vista que um dos últimos suspiros do governo Dilma foi aprofundar o pacote de ajuste fiscal, escancarando de vez a porteira para a agenda neoliberal.

Ao mesmo tempo, em virtude de uma política de hegemonismo inconsequente, o PT deliberadamente prejudicou o surgimento de novas alternativas à esquerda, inclusive

rifando uma coluna de novos quadros que surgem em suas próprias fileiras, como foi o caso de Marília Arraes em Pernambuco.

Da ascensão bolsonarista

Cabe salientar que, mesmo com as contundentes críticas que temos a experiência petista, não acreditamos que o bolsonarismo seja apenas uma continuação radicalizada da agenda petista. Por mais que a cartilha econômica, entreguista ao imperialismo, se assemelhe, existe uma verdadeira inflexão no projeto social liberal até então em curso. Elementos cruciais para a já tão fragilizada democracia brasileira são alvos de ataques que nos lembram da ditadura civil militar instaurada em 1964.

Tais ataques se exemplificam nos constantes e descarados ataques à liberdade de imprensa (inclusive com caráter homofóbico e machista); os constantes ataques e tentativas de censura a produções artísticas que fazem alusão à esquerda e à população LGBT; o desrespeito à democracia universitária e à liberdade de cátedra; a expansão do projeto de militarização das escolas públicas; a designação de figuras, no mínimo, controversas para direção de organismos de reparação histórica aos povos indígenas e negro.

Bolsonaro se elegeu vendendo inúmeras *fake news*. Inverteu fatores da realidade brasileira, dizendo ser o marxismo, a cultura LGBT, o feminismo e demais pautas progressistas, parte da ordem hegemônica. Dessa forma, conseguiu disfarçar-se como alternativa antissistema. Elegeu-se não só cedendo às pressões do fundamentalismo cristão, como costuma fazer o PT, mas de fato defendendo a aniquilação de grupos historicamente subalternizados pelo racismo e pelo patriarcado cis-heteronormativo, como se estas, sim, fossem pautas antissistêmicas, pois anti-esquerda. O fato de Bolsonaro se apresentar (mentirosamente) como *outsider*, também favoreceu que fosse lido como diferente de “tudo o que estava lá”.

O discurso transfóbico, racista, misógino, xenófobo contra nordestinos, homofóbico, anticomunista e colonialista de Bolsonaro não foi somente uma caricatura, mas parte FUNDAMENTAL de sua escalada e consequente vitória eleitoral. Sim, isso esteve aliado à arbitrária prisão de Lula e à incapacidade petista de se radicalizar ou mesmo de formar novas figuras suas. Mas a ascensão bolsonarista dependeu, também, do ódio às minorias políticas e aos trabalhadores organizados, e este elemento não pode, portanto, ser tratado como uma “cortina de fumaça” para a implementação do projeto ultraliberal deste governo. A agenda de destruição dos direitos sociais vincula-se muito

mais a Paulo Guedes do que a Bolsonaro, que tem como projeto original o saudosismo aos anos de chumbo.

Vencer Bolsonaro, portanto, perpassa combater frontalmente sua narrativa antidiversidade e discriminatória e é parte da responsabilidade histórica do Partido Socialismo e Liberdade.

Balances do último período

1) Da atuação “partidária” do camarada Guilherme Boulos

Em primeiro lugar, cabe uma autocrítica do PSOL, uma vez que não existiam outras figuras com inserção no movimento popular para disputar as prévias psolistas. Uma figura importante como a da camarada Luciana Genro, que poderia ser o melhor nome de nosso partido nas eleições de 2018, se desgastou de forma precipitada, espontaneísta, o que impossibilitou a já difícil aceitação ao seu nome por parte de outras tendências.

Em segundo, é imprescindível reconhecer que as eleições presidenciais de 2018 ocorreram num cenário atípico, donde uma polarização “pela metade” liderou a corrida. Quer dizer, o PT foi impedido de usar seu coringa e Bolsonaro se absteve de participar dos debates. Teve mais peso o WhatsApp do que a televisão aberta e o confronto direto de ideias. E ainda o medo do crescimento de Bolsonaro foi mais definidor para a parcela progressista da população do que os projetos apresentados.

Sendo assim, não podemos mensurar o desempenho da chapa psolista apenas pela quantidade de votos. Não obstante, ainda que consideremos tal cenário, não podemos dizer que a chapa Boulos e Sônia obteve, senão eleitoral, uma vitória política.

Boulos não apresentou nosso partido como uma alternativa ao lulo-petismo, pelo contrário, se postulou como um herdeiro de seu legado. Mesmo sua estética representava o ex-presidente. Desta feita, abriu-se espaço para um partido burguês, socialdemocrata, de projeto político muitíssimo semelhante ao dos primeiros anos de PT, o PDT de Ciro Gomes, a se postular como alternativa progressista ao petismo.

Até os dias de hoje, Boulos não passa a impressão de que vestiu a camisa do nosso partido. Parece-nos ter um projeto individual, de autoconstrução, usando o PSOL como mero trampolim para si.

Ora, filiações democráticas não configuram necessariamente um problema para o partido. Ocorre que, quando se deve optar entre escolher uma figura genuinamente partidária diante duma “emprestada”, devemos priorizar a primeira. É o que define

nossa posição diante da situação em que se encontra o PSOL paulistano, ainda indefinido quanto às figuras que disputarão as prévias para prefeitáveis. Enquanto os companheiros Carlos Giannazi e Sâmia Bomfim se apresentam para o debate, Guilherme Boulos protela sua decisão pela indefinição que ocorre no Partido dos Trabalhadores quanto a possível candidatura de Fernando Haddad.

A posição do ELO Socialista é de defender que Boulos se apresente sem se condicionar às prévias petistas, mas sim às psolistas, inclusive devendo ter respeitado o prazo de submissão de sua pré-candidatura. Ainda assim, não nos omitiremos diante da defesa de que Sâmia Bomfim deve ser a escolha do partido na capital de São Paulo.

Ora, mas o que tem isso a ver com a disputa do partido no Distrito Federal? Os blocos que disputam a pré-candidatura na maior cidade do país são os mesmos que disputam a direção do partido no DF, região onde o partido vem crescendo em número e, principalmente, em referência nas vanguardas. A análise que fazemos, enquanto coletivo organizado, não se desvincula (e nem poderia se desvincular), dos processos que ocorrem em nosso partido em outras unidades da federação. Se os postulantes à direção do PSOL-DF se organizam nacionalmente, nossa análise deve ser de seu comportamento não só aqui, mas no Brasil.

Cabe salientar, ainda, que os camaradas das tendências psolistas que conformam o bloco PSOL de Todas as Lutas apresentam-se como o grupo que se unifica por reivindicar a chapa Boulos-Sônia em 2018. Para sermos bastante sucintos, não consideramos que tal reivindicação esteja correta.

2) Do mandato do camarada Fábio Felix na Câmara distrital.

No que diz respeito a ambas as teses apresentadas, entendemos que nosso mandato é reivindicado por elas como uma conquista importante do partido. Concordamos com isso. O primeiro ativista gay, orgulhoso e assumido de sua sexualidade, mudou a cultura da tão enfadonha CLDF, há muito distante das lutas sociais e das pautas específicas de grupos politicamente (mas não numericamente) minoritários.

Em pouco mais de um ano, o PSOL-DF passou a ter o protagonismo nos processos de luta na cidade e a principal liderança de oposição ao governo Ibaneis Rocha, do MDB.

A presença de Fábio Felix no legislativo distrital, desde antes do início do calendário legislativo, já serviu como denúncia à fragilidade dos machos cisgêneros e

heterossexuais que ocupam aquele espaço. O “24” foi reivindicado, quando muitas vezes é excluído (como no Senado Federal). A Comissão de Direitos Humanos tornou-se porta de entrada para denúncias de violações que ocorrem contra membros de nossa classe. Em tempos de ataque à Cultura, à Saúde, à Educação e a tantas outras políticas sociais, nosso partido se firmou como referência para os servidores públicos e seus sindicatos. A atuação das feministas de nosso partido presentes no gabinete - destaque-se o trabalho louvável da camarada Ingrid Martins - garantiu a existência da CPI do Feminicídio, proposta por nosso mandato e que coloca o dedo na ferida do omissivo GDF diante dos casos de assassinatos motivados pela objetificação das mulheres.

O trabalho desenvolvido pelo Gabinete 24, portanto, alçou o PSOL a outro patamar, que precisa ser aproveitado pelo conjunto do partido, para que tenhamos mais e mais representantes psolistas no parlamento.

É necessário que o PSOL construa mais setoriais, para que possa, de forma mais substantiva, contribuir com o mandato, a exemplo do que faz o setorial de mulheres. É necessário, ainda, que o mandato seja instrumento de impulsionamento de novas figuras públicas do PSOL. Para tanto, o PSOL e o mandato não podem se render ao disputismo interno no que se refere a esta que é nossa vitrine. Nossas lideranças precisam recorrer ao nosso mandato, não a outros, em suas atuações junto ao legislativo local, sabendo que a receptividade do mandato às suas demandas, proposições e mesmo à construção de suas figuras, é responsabilidade de qualquer representante de nosso partido, quanto mais num espaço importante como o legislativo.

Da tática da Frente Única: a polêmica central do VII Congresso

Os companheiros reunidos no bloco PSOL de Todas as Lutas apontam a construção de uma frente única ampla, agregando todos os setores progressistas do Brasil, como tática para derrotar Bolsonaro e a agenda ultraconservadora.

No entanto, é preciso que notemos não haver uma disposição real dos partidos da ordem mais alinhados à esquerda (como PSB, PDT e, especialmente, PT) na radicalização da luta contra o atual governo. Lula, pelo contrário, aposta na via eleitoral, ainda confiando na “solidez das instituições democráticas”, para que retorne ao poder.

Sabemos que a frente única proposta pelos camaradas não se converteria, automaticamente, em uma frente eleitoral. Mas quais são as palavras de ordem que a unificam, uma vez que nem o “Fora Bolsonaro” é consenso entre as organizações que a comporiam? Quais seriam suas figuras públicas, para além de Lula, que já não consegue

unificar a classe como o fazia antes? Qual o espaço para construção de novas figuras públicas para a esquerda nessa frente? O hegemonismo petista possibilitaria a construção delas?

O hegemonismo do PT afasta a massa trabalhadora, no lugar de agrega-la à luta. Nossa classe se vê órfã de projeto societário e de direção política, uma vez que o fracasso dos governos petistas é associado ao fracasso da esquerda, quando se deve à tática de conciliação de classes. Cabe ao PSOL apontar o socialismo como tal projeto e construir-se como possível direção.

A atuação conjunta com demais partidos, como já ocorre entre nosso mandato e os mandatos de Arlete Sampaio e Chico Vigilante (PT), do Professor Reginaldo Veras (PDT) e de Leandro Grass (REDE) na CLDF não é um problema. A unidade de nossas colaterais de juventude (como Juntos!, Afronte! e RUA) no DCE da UnB também não são um problema. São necessárias e são tarefas as quais nosso partido está assumindo, considerando ainda ser minoritário e ser contraproducente que atue isoladamente.

As frentes já estão abertas e novas frentes devem ser abertas. Não consideramos, entretanto, que uma frente única, permanente, seja necessária ou tenha táticas unitárias de como vencer Bolsonaro.

Funcionamento interno: o desafio partidário para o envolvimento/organização de independentes.

Concordamos precisamente com uma afirmação colocada na tese distrital do PSOL de Todas as Lutas, a qual pedimos licença para reproduzir aqui:

4. O PSOL se organiza mais como uma frente de tendências do que propriamente enquanto partido. A vida orgânica, o acesso aos debates e informes se limita, basicamente, à participação nas correntes. A participação de militantes independentes nas decisões do partido é praticamente restrita.

Como mudar essa situação? Ambos os blocos defendem que devem ser apoiados núcleos partidários como organismos de base para envolvimento de independentes. Defesa esta que se repete a cada congresso partidário. Ora, na prática tais núcleos se desenvolveriam de forma espontânea? Acreditamos que não. As tendências no PSOL-DF fariam um giro à construção de organismos de base “supra-tendências” para envolver os nossos milhares de filiados? Acreditamos ainda menos nisso!

Para mobilizar independentes, é necessário que as listas de filiadas/os ao partido sejam de acesso irrestrito a todos os grupos internos. Comprometemo-nos, enquanto organismo permanente, a realizar debates abertos sobre economia, feminismo, ecossocialismo, em parceria com as tendências do PSOL-DF, inclusive para polêmicas existentes não sejam abordadas somente diante de congressos e conferências eleitorais.

Para que o PSOL seja um partido vivo, é necessária a existência de quadros realmente dispostos a dialogarem com todas as tendências internas, usando a diversidade de ideias e tradições revolucionárias a favor da formação militante de nossos filiados, não contra eles. Por isso, temos pleno acordo com a proposta da abertura de uma sessão do Instituto Lauro Campos e Marielle Franco no Distrito Federal, presente na tese do PSOL de Todas as Lutas, e nos colocamos à disposição para sua construção.

Nossa participação no VII Congresso e no cotidiano partidário

Alguns podem nos achar militantes em cima do muro ao não nos alinharmos a nenhum dos lados do disputismo binarista vigente no partido. Pois não o somos. Consideramos pouco sólido o bloco construído pelos companheiros do PSOL de Todas as Lutas, não vendo condições de nos alinharmos ao seu campo. As correntes que compõe tal bloco têm projetos diferentes de partido e consideramos que, no DF, sua unidade se deveu mais a uma centralização de direções nacionais do que a uma unidade sólida. Consideramos, especialmente, que as/os companheiras/os da Insurgência e da Resistência, no DF, possuem uma atuação mais partidária, enquanto os demais grupos se focalizam numa discussão eleitoral.

Queremos manter diálogo aberto com todas as organizações, mas para isso é fulcral que façamos o debate franco sobre o que concordamos ou discordamos. Discordamos da frente única por não se materializar nesse último ano em que os companheiros se propuseram a construí-la e pela impressão de que o PSOL se anulará a partir dessa tática. Consideramos, como já dito, que frentes de atuação unitária já estejam abertas e sejam consenso para todos nós.

Sendo assim, consideramos que a disputa que se apresenta para o PSOL-DF, assim como a nível nacional, é muito mais marcada por uma disputa de hegemonia e de estrutura partidárias do que por uma disputa programática.

Se estivermos equivocadas/os, esperamos ser convencidas/os do contrário durante o processo congressual no DF.

Assinam esta contribuição:

- 1) Lucci Del Santos Laporta – militante do ELO Socialista, assistente social, membra da TRAFEM – coletiva TRAfeminista e assessora parlamentar do Gabinete 24 – deputado Fábio Felix;
- 2) João Luiz Bendito Lapa – militante do ELO Socialista, estudante de Gestão de Políticas Públicas na UnB;
- 3) Kelly Sanny de Jesus Morais, militante do ELO Socialista, feminista negra e periférica, técnica em Audiovisual pelo IFB;
- 4) Jamile Guerra Messias Sales, militante do ELO Socialista;
- 5) Bruno Bueno Pinto da Cunha, militante do ELO Socialista;
- 6) Gabriel Tadeu Lucas de Almeida, militante do ELO Socialista, bancário da Caixa Econômica Federal;
- 7) Izael Gomes, militante do ELO Socialista, estudante de Pedagogia no IFB;
- 8) Lucas Silva Hamu, barista na Objeto Encontrado;
- 9) Sandro Candiles, ativista LGBT;
- 10) Francisco Job, médico da Secretaria de Saúde (SES/GDF), ativista LGBT;
- 11) Gabriele Saraiva, ativista não-binária, tradutora de inglês.
- 12) Petra Moreira Cruz, ativista da TRAFEM – coletiva TRAfeminista, estudante de Engenharia de Redes de Comunicação na UnB, barista na Objeto Encontrado;
- 13) Raíssa Márcia de Souza Soares – ativista da TRAFEM – coletiva TRAfeminista, estudante de Engenharia Mecânica na UnB;
- 14) Gustavo Borralho Bacelar, médico de família e comunidade;
- 15) Wendel Silva Santana, professor de Língua Portuguesa, ativista LGBT.

Declaram, em outras unidades da federação, apoio a esta contribuição:

- 1) Geovana Xavier, ex-presidenta do PSOL-GO, candidata à deputada estadual nas eleições de 2018, militante travesti, motorista de aplicativo.
- 2) Rui Santiago Rosa, militante antiproibicionista, filiado ao PSOL-SP.